



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

O TERRITÓRIO COMO ARENA DE DISPUTA DE DIFERENTES MODELOS DE
DESENVOLVIMENTO: AS ESTRATÉGIAS DA ALCOA E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS
EM JURUTI, OESTE PARAENSE

Lindomar de Jesus de Sousa Silva (NAEA/UFPa) - lindomarjssilva.cs@gmail.com

Cientista Social, Doutorando do Núcleo de Altos Estudos da Amazonia - NAEA - UFPa

O TERRITÓRIO COMO ARENA DE DISPUTA DE DIFERENTES MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: AS ESTRATÉGIAS DA ALCOA E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM JURUTI, OESTE PARAENSE

Lindomar de Jesus de Sousa Silva

lindomarjssilva.cs@gmail.com

NAEA/Ufpa.

Aluno do Doutorado.

RESUMO

A implantação da extração de bauxita pela ALCOA na região de Juruti, oeste paraense, constitui uma violação aos direitos territoriais de comunidades tradicionais descendentes dos índios mudurukus, provocando uns conjuntos de ações visando à afirmação e o reconhecimento pela empresa e órgãos públicos da comunidade enquanto tradicional. Desse movimento surgiu a articulação de redes de apoio, tendo a Igreja católica, representadas pelas Irmãs Franciscanas de Maristela, como uma das instituições fundamentais no processo. Surgiu do processo de organização a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE, como entidade designada a falar pelas comunidades tradicionais. No outro lado, a Alcoa, também, desencadeou o processo de melhoria da sua imagem junto às comunidades, como o Juruti Sustentável, uma agenda positiva, baseada na agenda 21, que busca envolver o poder público, sociedade e empresários para formulação e implementação de uma agenda voltada para desenvolvimento sustentável de Juruti. A ALCOA ainda criou o fundo Juruti sustentável, que em 2009 apoiou 21 projetos comunitários. Portanto, o presente texto busca apresentar as diferentes estratégias adotadas pela ALCOA e comunidade tradicional visando à defesa de sua concepção de desenvolvimento em Juruti, oeste paraense.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo apresentar a dinâmica estabelecida em Juruti, município localizado no extremo Oeste Paraense com a instalação de um grande empreendimento de extração de bauxita, conduzido por uma multinacional a ALCOA Alumínio S/A. A mina de bauxita de Juruti tem uma área estimada em 700 milhões de toneladas e representa um empreendimento estratégico para ALCOA que anunciou um investimento de R\$ 2,9 bilhões. Para exploração da mina a ALCOA construiu uma estrutura composta da área de lavra, ferrovia e um porto com capacidade inicial de 2,6 milhões de toneladas anuais. (ALCOA, 2009).

A presença de um empreendimento voltado para extração da bauxita de uma multinacional produz conseqüências imensuráveis aos territórios de comunidades tradicionais e ao meio ambiente. Sendo que essas comunidades, diante da ameaça aos seus direitos territoriais, essas comunidades constituíram processos de organizações e resistências pautadas na afirmação da identidade e no uso coletivo dos recursos naturais. Desse processo surgiram articulações em redes, formação de uma associação e como resultado imediato o reconhecimento da Alcoa dessas comunidades como tradicionais descendentes de índios mudurukus. Nesse processo, a participação da Igreja Católica, através, das Irmãs Franciscanas de Maristela, constitui um elemento essencial de mobilização e compreensão das comunidades da necessidade de constituírem uma organização capaz ser porta voz dos seus interesses. Foi a partir dessa perspectiva que foi fundada a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho – ACORJUVE.

A ALCOA também formulou e desencadeou estratégias voltadas a tornar-se palatável as comunidades e sociedade local e global. Sua estratégia consiste em adotar uma roupagem sustentável com o programa “Juruti Sustentável” onde busca através de um conselho envolvendo poder público, sociedade civil e empresários construir os parâmetros para o desenvolvimento sustentável do município. Esse conselho é subsidiado por indicadores de sustentabilidade formulados pela Fundação Getúlio Vargas. Outro mecanismo foi à criação do Fundo Juruti Sustentável – FUNJUS, que em 2009, através de edital apoiou 21 projetos comunitários.

Portanto, em Juruti encontra-se um conjunto de elementos que permite uma análise voltada para compreensão das estratégias dos atores sociais e econômicos na busca de garantia da utilização do território, enquanto fator centro para reprodução

desses atores. São as premissas iniciais desses processos que apresento no presente texto.

O TERRITÓRIO COMO ARENA DE DISPUTA DE DIFERENTES MODELOS DE DESENVOLVIMENTO: AS ESTRATÉGIAS DA ALCOA E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS EM JURUTI, OESTE PARAENSE.

O processo de extração de bauxita conduzido pela Alcoa Alumínio S/A no extremo do Oeste Paraense, no município de Juruti constitui um empreendimento econômico de grande porte, capaz de imprimir uma nova dinâmica territorial, desencadeado em conflitos e acordos envolvendo múltiplos atores locais e globais. Sendo assim, a extração da bauxita em Juruti pela ALCOA faz parte de um conjunto de empreendimentos econômicos implantados na Amazônia com o propósito de explorar os recursos naturais e que tem impactado diretamente na vida de comunidades e povos tradicionais. Os impactos decorrem do caráter antagônico da prática estabelecida no território. Num lado encontram-se as empresas com iniciativas empresariais, planos e ações estratégicas de curto e médio prazo. Na outra ponta, estão as comunidades e povos tradicionais com arranjos construídos num longo processo de relação com o meio ambiente, dotados de representações simbólicas e culturais distintas.

A presença de um grande empreendimento econômico, conduzido por uma empresa multinacional como ALCOA produz uma série de modificações no espaço como o objetivo de aperfeiçoar a produção e aproximar o ponto da produção com o destino do mesmo. Sendo assim, inovação é introdução em vista de facilitar a comunicação e o transporte da produção. Em uma região, antes isolada, rapidamente surgem o porto, ferrovias, aeroportos e um complexo sistema técnico voltada com mais agilidade e organização do espaço em responder ao traçado da economia global, o que mostra a “extraordinária capacidade dessas organizações para atuar no plano internacional” (Furtado, 1996, p. 64) e a necessidade que a dinâmica econômica construída na região Amazônica por empresas multinacionais exigem uma estrutura homogênea que atenda a sua lógica organizativa e seu designo de criar um objeto técnico, compreendido “como todo objeto susceptível de funcionar, como meio ou como resultado, entre os requisitos, de uma atividade técnica” (Santos, 1994, p. 22).

Sendo assim, o advento da ALCOA em Juruti é pensado como empreendimentos voltados a “enfrentar a diversidade local, associado comumente ao

atraso, a sistemas homogêneos e a procedimentos industriais padronizados voltados para a maximização da produção” (Monteiro, 2006, p.4)

Estabelecidas as condições técnicas para o funcionamento e empreendimento econômico estabelecem a “desordem”, já que a mesma é “obrigada a se ombrear com as já existentes e a viver junto com elas no conflito e na cooperação” (Santos, 2000, p. 38). Ainda Milton Santos (2000) diz que o território passa a ser o palco principal de um processo de conflito e prevalência das técnicas hegemônicas.

“o território é a base e a condição para simbiose, produto de uma luta criadora de uma desordem, momentânea ou duradoura, da qual se beneficiam, apenas, os portadores das técnicas hegemônicas” (Santos, 2000, p. 38).

Portanto, compreender os conflitos estabelecidos com advento de uma grande empresa multinacional, como a ALCOA, em um território amazônico possibilita a construção de uma reflexão alicerçada na realidade e aponta questões futuras a serem analisadas e compreendidas.

O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE

Na Amazônia, o território é permeado pela diversidade sócio-cultural, onde encontram-se os elementos fundamentais para sobrevivência e organização das comunidades, que no decorrer da história adquiriu significado específico. Para Diegues e Arruda (2001, p. 24-25), o território é

“... uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes”

Para Godelier (1984) é o território que dá condições para espécie homem, os meios de subsistência, trabalho, produção, aspectos materiais das relações sociais presente e que compõe uma determinada sociedade, como as relações de parentesco e de solidariedade.

Little (2002) diz que cada “comunidade” “povos tradicionais” tem a sua própria territorialidade, que na maioria das vezes é pouco conhecida ou reconhecida. Sack (1986) observa que a territorialidade é essencial para os grupos humanos e para a compreensão da estratégia utilizada por um grupo social para ocupar, usar e controlar

uma determinada área geográfica, o território, e então se identifica com ela e dar-lhe significado.

Com a chegada da Alcoa em Juruti e a imposição de sua estrutura e dinâmica econômica as comunidade tradicionais adotara, mediante assessoria da Igreja Católica, de modo especial das Irmãs Franciscanas de Maristela, a postura ofensiva e passaram a evidenciar os processos que comprovam sua condição de comunidade tradicional, originárias das descendências dos mundurucus, e sua relação estabelecidas com o território, como a simbiose entre a natureza e a comunidade.

O primeiro passo foi à busca de uma trajetória histórica que mostrasse o vínculo com o passado, o vínculo histórico das comunidades de Juruti. Uma forma de atingir esse objetivo foi à construção de um quadro da formação histórica de algumas comunidades. Para isso, utilizou a história oral, a construção da história pela própria comunidade, principalmente ouvindo relatos dos mais idosos das comunidades. O objetivo foi o de conhecer a comunidade, a data da fundação e origem do fundador.

1-FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS COMUNIDADES DO PAE DE JURUTI VELHO

Vila Vicente (Cabeceira do Mocambo)	Séc. XIX	Juruti velho
Vila Muirapinima	Séc. XVIII	Juruti velho
Capiranga	Séc. XIX	Juruti velho
Surval	Início do Sec. XIX	Juruti velho
Pompom	Séc. XIX	Juruti velho
Juruti Miri	A partir de 1850	Juruti velho
Nova União	1959	Juruti velho
Pau D'arco	Séc. XIX	Juruti velho
Prudente	Séc. XIX	Sem Registro
Maravilha	Séc. XX	Juruti velho
Alemanha	Séc. XIX	Juruti velho
Germano	Sec. XIX	Sem Registro

Figura 1 Fonte: Levantamento das Irmãs Franciscanas de Maristela, adaptado pelo autor

As informações colhidas apontaram que a grande maioria das comunidades do PAE de Juruti Velho tem sua origem no século XIX, sendo fundados por descendentes dos índios mundurucus. E confirma que a história de Juruti Velho estar ligado à ocupação indígena antes da colonização da região no século XIX. Os mundurucus pertenciam à tribo indígena que ocupava a região. Em 1818, no período colonial, o

povoado, hoje chamado de Juruti Velho – vila muirapinima – foi elevado à categoria de vila, fundo como objetivo de catequizar os índios e explorar as drogas do sertão, principalmente a castanha e o guaraná.

Na perspectiva de firmar a identidade de comunidade tradicional foi realizado um levantamento dos hábitos alimentares, fortemente baseado no peixe, que além de alimento, também serve como componente de renda. Outro aspecto presente no levantamento realizado pelas comunidades foi o de utilização da floresta, os chamados produtos florestais não-madeiros e classificação de uso pelos moradores.

TIPO DE COME	USO	NHÁ*	N TOTAL DE (SUPRESSÃO ATÉ O QUINTO ANO)
CASTANHEIRA	AL/VD	2,19	3.391,52
PRECISOSA	AL/MD	0,4	619,46
TUCUMÃ	AL	7,7	91.818,87
NAJA	AL/FI/PA	2,38	3685,76
MAFÁ	MD	0,4	619,46
RAÇÃ	AL	0,47	727,86
BERINGUEIRA	VD	0,47	727,86
UCUBA	MD	2,50	3871,60
IATOBÁ	MD/VD	2,19	3391,52
REU	VD	13,44	20813,72
JCHI	AL/VD	1,56	2415,87
BACABA	AL/VD	1,25	1935,80
TIQUIÁ	AL/VD	0,3	464,58

Figura 2 Medida de densidade segundo inventário ASVs. Forte: Irmãs Franciscanas de Maristela, 2010.

Os dados do levantamento realizado mostram que a região onde foi instalada a indústria para extração de bauxita apresentava alta concentração de recursos florestais não – madeireiros, mesmo sendo um estudo preliminar e não abrangente, porém, satisfatório para chamar a atenção do grande potencial desperdiçado e que poderia servir como fator de dinamismo de um modelo de desenvolvimento endógeno.

No decorrer da história percebe-se que as estratégias de sobrevivência das comunidades de Juruti sempre estiveram baseadas em múltiplas atividades,

“tais como pequenos comércios, extração de madeira, pesca, caça, coleta de frutos silvestres, artefatos de palha (tipitis, cestos, paneiros) e madeira (canoas, remos), etc. Dentre elas, a roça de mandioca desempenha papel de maior importância, uma

vez que é a atividade mais difundida e dela derivam vários produtos destinados ao consumo direto e ao comércio, tais como farinha d'água, crueira, carimã, tapioca, tucupi, beiju, etc.” (CANTO, 2008, p.247)

Na Amazônia, os extrativistas ficam à margem de conseguir um retorno econômico justo pelo seu trabalho, com a maior parte da renda concentrada nos intermediários, já que os métodos tradicionais de extração normalmente geram um grande desperdício de matéria prima, qualidade e um baixo preço pago por estes produtos (GAMA, 2006). A dificuldade de acesso às áreas onde os PFNMs são abundantes é também um dos entraves que mantêm a retirada a granel destes produtos, colocados imediatamente à venda sem maior possibilidade de agregação de valor, devido ao alto custo de transporte até os pontos de comercialização dos centros consumidores (GAMA, 2006). May *et al.* (1994) já alertavam para esta realidade e destacaram que qualquer PFNM a ser comercializado, além de ter que apresentar um alto valor agregado, deve ocorrer de modo uniforme no bioma regional e ter um atrativo especial, como por exemplo, estar relacionado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o local onde ocorre.

Para o pesquisador da Universidade e da Embrapa HOMMA (1993), a falta de orientação técnica adequada e economicamente eficiente para a gestão desses recursos tem implicado à contínua redução da extração destes produtos fazendo com que sua economia se veja exposta aos ciclos de expansão, estagnação, retração e extinção: a demanda sobrecarrega a capacidade de oferta do recurso pela floresta, elevando o nível de preços e permitindo que o mercado procure alternativas em termos de custo e qualidade, através da domesticação da espécie natural, da sintetização do produto ou pela simples substituição. Recentemente, vários estudos têm sugerido que o retorno econômico, em longo prazo, para o manejo adequado dos PFNMs que se encontra em um hectare de floresta tropical, sobrepõe os benefícios da produção de madeira ou da conversão agrícola da área.

Godoy (1993) diz que a valoração de um hectare de floresta proporciona um valor do lucro líquido que varia de US\$ 1 até US\$ 420/ha/ano, podendo ser explicada pela diversidade biológica e econômica entre os locais estudados, diferenças nos métodos de avaliação e os diferentes produtos utilizados. Peters *et al.* (1989), em trabalho realizado na Amazônia Peruana, calcularam o valor presente de um hectare da floresta, descontando os custos de colheita, em U\$6.330,00 por hectare para os PFNMs enquanto na extração de madeira obteve-se U\$490,00, porém, ressaltaram

que estes cálculos não podem ser simplesmente transferidos para outras florestas tropicais.

A supressão desses recursos em nome do desenvolvimento da extração de bauxita evidencia o parâmetro que regem o desenvolvimento pensado para Amazônia, baseado na demasiada exploração dos recursos naturais. Um desenvolvimento endógeno busca potencializar esses recursos através do manejo sustentável destes recursos, já que os mesmo podem prover benefícios para a população local enquanto promove, simultaneamente, a conservação dos ecossistemas florestais. Embora não existam estatísticas oficiais disponíveis para a maioria dos países e para muitos produtos, a renda gerada pelo extrativismo no Brasil em 2006 foi de aproximadamente R\$ 3,2 bilhões, dos quais R\$ 540 milhões referem-se aos produtos não-madeireiros. Para Borges & Pastore Jr (2006), no Brasil, o setor de produtos não-madeireiros é ainda altamente desregulamentado e desassistido pelas agências governamentais de fomento em termos de planejamento, coordenação e gestão dos interesses econômicos dos coletores, produtores e exportadores.

O trabalho realizado pelas comunidades de Juruti, com assessoria das Irmãs Franciscana de Maristela busca a afirmação de comunidade tradicional tendo como foco o resgate a partir do relato dos comunitários mais idosos, da trajetória histórica e assim evidencia os vínculos com o passado, nesse caso com os índios mundurucus; os padrões sócios - culturais específicos; o território como espaço de vivência, produção, lazer das comunidades e as relação de manejo e utilização dos recursos naturais.

O TERRITÓRIO DA EMPRESA

A instalação de uma grande empresa na Amazônia exige forte investimento em infra-estrutura e padronização do território de forma que o mesmo possa servir a designo de um empreendimento capitalista. Nesse sentido, a chegada de uma grande empresa multinacional como a ALCOA promove uma série de ações num território. Ações que visam “remover os obstáculos naturais e humanos” no espaço pretendido pela empresa. Essa perspectiva conduz a um “processo que ‘desterritorializam’, aumentam os conflitos e os problemas sociais, desestruturando as formas de organização social encontradas em áreas ocupadas há década por ‘povos e comunidades tradicionais’” (Baraúna, 2010, p. 295).

Grande projeto na Amazônia, desde 1950, são sinônimos de “destruição, do descaso, do abandono, da dominação, da miséria e de tentativa fracassadas de

explorar os recursos e a vida daqueles que viviam na Amazônia e daqueles que foram incentivados a vir trabalhar nessas obras” (Baraúna, 2010, p. 295-296).

A implantação de um grande empreendimento econômico voltado à extração demasiada dos recursos naturais para atingir seus objetivos necessita construir o território a sua imagem e semelhança, ou seja, precisa

“senão da produção raciocinada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico” (Santos, 2002, p. 147)

A estrutura do território voltado aos grandes projetos tem necessariamente na Amazônia marcada pela diversidade cultural, social, ambiental um perfil de cerceamento onde “sempre limitaram ou impediram o acesso de povos tradicionais aos recursos naturais da floresta” (Menezes, 2010, p. 239). Para dinâmica capitalista impetrada em um território amazônico associação o tradicional “a concepções que pressupõem a imobilidade histórica e atraso econômico, comumente dos diversos estudos preservacionistas” (Costa, 2010, p. 338). Nesse caso, o território passa a ser transformado em vista da superação do atraso através da racionalidade técnica que “situar-se-ia, portanto, intersecção entre a ideologia e a técnica em que ambos se juntariam para controlar os seres humanos e recursos em conformidade” (COLI, 2010, p. 117) como os interesses, valores e regras da hegemonia econômica e política.

No caso da comunidade do Lago de Juruti passam por um processo de transformação na construção de “arranjos territoriais baseados nessas novas técnicas que se difundiram nos diferentes recantos da Amazônia (Canto, 2008, p.251) e que produzem efeitos sem procedência para as comunidades, principalmente com a chegada da Alcoa, mesmo que

“Esse conjunto de técnicas, ainda que não tenha introduzido um ‘tempo rápido’, certamente introduziu um ‘tempo menos lento’. Hoje, os territórios das Comunidades do Lago estão diante de uma aceleração técnica sem precedente na sua história, ou seja, uma aceleração imposta pelo processo de instalação da mineração de bauxita nas bordas do Lago do Juruti Velho” (Canto, 2008, p. 251)

Em Juruti com os avanços da construção da infra-estrutura, o acesso aos recursos naturais fica mais controlado. No lago de Juruti Velho, para as comunidades terem acesso aos castanhais precisam de permissão para extrair e freqüentar a área, o que é uma violência a estilo de vida das comunidades que obtinha alimento e renda a partir do extrativismo florestal, animais de caça e produção agrícola.

Já a Alcoa constantemente viola as propriedades das comunidades através de funcionários que sem autorização dos comunitários fazem demarcação, sondagens, derrubam árvores e plantações sem o consentimento do dono. O acesso a comunidade Terra Preta foi fechado, devido à construção do porto, ação questionada pelo Ministério Público.

Os interesses das empresas prevalecem e desconsideram os interesses das populações locais. É a predominância dessa concepção afluída na implantação da ALCOA em Juruti que motivou a exposição do promotor Raimundo Moraes, do Ministério Público Estadual a se manifestar sobre o processo de licenciamento ambiental do denominado Projeto Juruti, requerido pela empresa Omnia Minérios/Alcoa. Para Moraes:

“no conflito entre as várias dimensões de tempo processo que se chocam dever-se-ia buscar o equilíbrio e estabelecer o tempo ótimo, a partir da consideração desses vários interesses/tempo dos processos naturais, das comunidades, do empreendedor, das instituições e seus procedimentos democráticos, e não somente considerar como relevante a pressa globalizada do empreendedor pressionado pelo mercado e pela busca do lucro. O custo disso pode ser alto para a sociedade brasileira” (Moraes, 2005 p. 5)

A busca do lucro proveniente da implantação de uma grande empresa produtora de commodities sob a justificativa de atrair investimento e desenvolvimento para região produz uma cegueira desejada nas instituições responsáveis, com raras exceções, em fiscalizar e regular as atividades econômicas, tornando as mesmo instituições responsáveis em remover “entraves” presente na região. No caso de Juruti, no processo de licenciamento do Projeto da ALCOA foram apontadas pelo Ministério Público 22 irregularidades no estudo de impactos, superado mediante os acordos políticos e econômicos, beneficiado a empresa.

- 1) Diagnóstico superficial, incompleto ou inexistente; 2) Não realização de estudos sobre partes estruturais importantes do projeto e seus impactos; 3) Problemas na identificação, caracterização, análise, mitigação e compensação dos impactos: 3.1. Impactos regionais não dimensionados, a partir da necessidade de definição de áreas de influência mais abrangentes; 3.2. Ausência de identificação de impactos importantes e medidas correspondentes; 3.3. Não mensuração adequada dos impactos e não correlação entre impactos e medidas mitigadoras e/ou compensatórias; 3.4. Não definição sobre a compensação ecológica unidade de conservação; 3.5. Ausência de clareza sobre a compensação financeira dos impactos; 3.6. Avaliação matricial inadequada dos impactos e sua sinergia. (MPF & MPE, 2005: 18-9)

O tempo da empresa produz uma devastação imensurável junto às comunidades, e a destruição do ecossistema que até então servia de fonte de convivência e reprodução social, cultural e religiosa dessas comunidades.

ESTIMATIVA DA MATÉRIA-PRIMA FLORESTAL RETIRADA NO PAE JURUTI VELHO

LOCAL	Área (ha)	TURA		LENHA	
		Volume/há M ³ /ha	Volume Total (m3)	Volume/há St/ha	Volume Total (St)
Instalação Industrial da mina	413,6	91,36	37.786,74	164,59	68.077,03
Instalação industrial da mina (expansão)	135,83	91,36	12.409,51	164,59	22.357,12
Bota-fora 6 (fase 1)	9,00	85,97	773,73	195,14	1.756,26
Bota-fora 6 (fase 2)	15,00	85,97	1.289,55	195,14	2.927,10
Áreas iniciais de Exploração de Bauxita	975,21	87,98	85.799,17	247,97	241.822,82
Total	1.548,64		138.058,70		336.940,33

Figura 3- Fonte Prelazia de Óbidos - 2010

Além da destruição do território das comunidades tradicionais, inicialmente a Alcoa ignorou as comunidades tradicionais, alegando que os mesmos não são os legítimos donos da terra e classificando os mesmos de posseiros sem direito algum. Na verdade, a ALCOA buscou deslegitimar a comunidade de Juruti como estratégia de apropriação dos recursos territorializados e como uma luta simbólica para legitimar ou contestar determinado uso no espaço e definir relações de poder (ACSELRAD, 2004), já que a forma de utilização dos recursos das comunidades é distinta da maneira como a empresa pretende utilizar. É essa utilização

“envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um

dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes” (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Portanto, ALCOA e comunidades tradicionais em Juruti não estão somente disputando recursos. Estão disputando território em sua construção plena – simbólica e material. A comunidade composta por agricultores, extrativistas, ribeirinhos e etc. pretende o território a partir de uma história e uma relação de sobrevivência com a fauna, flora e o sentido simbólico presente no mesmo. Já a Alcoa deseja o território como capricho capitalista em busca da sua reprodução. Sendo que essa disputa envolve estratégias variadas e dimensões sociais, econômicas, cultural e política. Envolve relação de poder.

Portanto, num processo de apropriação do território, com apoio de grupos econômicos e políticos, a ALCOA passa a concentrar e multiplica seus investimentos e assim o país abre mão da construção de um modelo pautado na dinâmica da valorização dos recursos endógeno em troca de cristalizar “especializações regressivas, fundada na devastação ambiental, no apossamento de bacias hidrográficas inteiras, na grilagem de terras, no avanço do latifúndio com massacre de povos indígenas e camponeses (Garzon, 2010, p. 85)

A ESTRATÉGIA DA ALCOA JUNTO AS COMUNIDADE DE JURUTI

Segundo Abdala (2010, p.2) a mina de Juruti “constitui um dos principais projetos de crescimento da Alcoa na área de mineração globalmente”. Sendo que o sucesso de seu empreendimento depende de sua capacidade em diminuir riscos, diluindo a rejeição juntos as comunidades. É com esse propósito que para Abdala (2010, p.3) a ALCOA em Juruti busca instalações seguindo o parâmetro de um “novo paradigma de desenvolvimento”, onde busca a chamada “licença social”, superar a idéia de “enclave ou ilha de prosperidade” e busca passar a idéia de distribuição dos “múltiplos benefícios”.

Abdala (2010) que o empreendimento de instalou-se numa região de “instabilidade fundiária”, onde “as fragilidades sociais e institucionais se explicitam de forma contundente”, além da “ausência de diálogo entre as partes interessadas no desenvolvimento local” e “uma ausência de massa crítica”.

Como estratégia de intervenção a ALCOA construiu a proposta do “modelo Juruti Sustentável”, norteado por uma agenda positiva, segundo seus formuladores

busca o diálogo, consensos, gerar idéias e criar meios para implantação das mesmas. As três premissas que orientam o modelo são segundo Abdala (2010, p. 5)

“1) A concepção de espaço de articulação social, possibilitando a participação ampla e democrática da sociedade na construção da agenda, rumo a um futuro comum; 2) a abordagem de território, que considera o município hospedeiro como um pólo gerador de desenvolvimento nessa região; 3) o diálogo com a realidade, que molda a agenda frente às demandas locais, que customiza a agenda frente às políticas públicas regionais e que contextualiza a agenda dentro de iniciativas globais e empresariais voltadas à sustentabilidade”

Para atingir sua finalidade, a estratégia busca a parceria “multi-institucional” com poderes públicos, comunidades, organizações civis e empresas; além de implantação de um conselho como espaço de formulação, gestão e formulação de agenda. A construção de indicadores como instrumento de monitoramento e informações para tomada de decisão do conselho e fundo Juruti para financiar ações locais.

Desta forma, a empresa busca construir uma harmonia junto às comunidades de Juruti, além de construir uma imagem palatável junto à sociedade nacional e internacional, em um ambiente cada vez mais preocupado com as conseqüências desastrosas da exploração demasiadas os recursos naturais. Sendo assim a empresa busca benefícios

“na medida em que se reduzem as tensões com comunidades, governos (local e regional) e outras partes interessadas, contribuindo para a licença de operação. Iguamente haveria benefício para a imagem e reputação da empresa, do nível local ao global, identificando-a como líder de um modelo inovador que busca a sustentabilidade” (ABDALA, 2010, p. 6)

A ALCOA ao implementar uma estratégia com o viés sustentável busca aparentemente adequar-se a uma nova conjuntura, e também diminuí a resistência articulada local e globalmente de comunidades tradicionais que

“com a chegada das grandes mineradoras à região amazônica brasileira, as comunidades (tradicionais ou não tradicionais) vem ganhando conteúdo político e são mais conhecidas, hoje, por seus territórios, conquistados

e mantidos por meio de resistências ativas ou processos de territorialização que alimentam suas lutas (em redes de poder) pela sobrevivência, pela distribuição do poder ou pela reprodução social” (Coelho et al, 2010,p. 313).

Outro aspecto a ser considerado é que as grandes corporações mineradoras adotam a estratégia de procurar garantir seus empreendimentos de ameaças externas, como também de preservar reservas minerais existentes, segundo Coelho et al (2002, p. 163) a partir de um discurso ambiental e social, como ocorre no caso de Carajás,

(...) o entorno dos territórios criados e defendidos pela empresa mineradora é local de disputa, lugar onde o centro (a empresa) tende a se estender territorialmente e impor sua racionalidade. Este encontra sempre maneiras legítimas de fiscalizar e regular a vida dos moradores do próprio território e do entorno (...). A reivindicação e luta por uma vasta área de terra por parte de uma grande empresa (...) representa também suas pretensões de ampliação futura de suas atividades mineradoras e de extensão de controle do patrimônio ambiental a um espaço mais amplo, em face das necessidades atuais e futuras de diversificação de suas atividades e escassez.

Portanto, é fundamental que a análise da estratégia adotada pela ALCOA seja realizada de forma a revelar as ideologias que a compõe, já que segundo Santos (2000, p. 9) “tudo é produzido a partir da ideologia, mas as coisas não aparecem como tal”. Sendo assim é preciso segundo o mesmo “primeiro, desfazê-la na idéia, por meio da análise. Porque a análise é o processo de inverter, de colocar tudo ao contrário. E depois desfazê-lo politicamente” (SANTOS, 2000, p. 9). Essa é a missão do cientista em estudo a dinâmica atual estabelecida em Juruti com a chegada da ALCOA e a implementação de sua estratégia.

ELEMENTOS DA DINÂMICA DA DISPUTA TERRITORIAL EM JURUTI

Para Garzon (2010, p. 85) “as *Commodities* são postos sempre em primeiro lugar, com a crise, sem crise ou por causa dela”. Essa formulação resume a predominância obtida pela Alcoa juntos as comunidades tradicionais de Juruti. Predominância comprovada na diversa irregularidade denunciada pelo Ministério Público Estadual e Federal, na facilidade em obter financiamento e licença para funcionar na região; ao impor limitações ao uso dos recursos naturais pelas

comunidades tradicionais e agir de forma prepotente ao entrar e mapear áreas de comunidades sem permissão.

Em Juruti diante de um quadro onde o que vale é o interesse da mineradora, as comunidades buscaram na afirmação de seu modo de vida o caminho para a construção e defesa do território. A reunião e encontros comunitários produziram, a partir dos relatos dos idosos, uma memória coletiva, que em muitas comunidades já estão perdidas ou ameaçadas ao esquecimento. O exercício possibilitou uma leitura capaz de identificar a floresta como fonte de bem estar comunitário e de apontar estratégias coletivas de arranjos comunitários para gestão do território, e que se materializou na construção da ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DA REGIÃO DE JURUTI VELHO – ACORJUVE, que congrega mais de 1.500 associados, representando 45 comunidades, todas situadas na área de influência direta do projeto ALCOA. Sendo uma associação fundada a partir da identidade de comunidade tradicional, os documentos da mesma fazem questão de afirmar que suas comunidades são “ocupadas e habitadas imemorialmente por moradores nativos descendentes do Muirapinimas e Munduruku” (REQUERIMENTO de 22 de março de 2005) e de afirmar-se como “população nativa, que sempre viveu e vive da agricultura familiar, com base quase que exclusivamente na pesca, plantação de mandioca e extração de produtos florestais” (idem).

A organização construiu em conjunto com parceiros, tem como principal apoio a Igreja Católica, representada pela Congregação Franciscana de Maristela, produziu o fortalecimento da identidade e um auto-mapeamento das comunidades mostrando que

“... Os conflitos em que estão engajados são, desta forma, ao mesmo tempo simbólicos e materiais, e as práticas culturais entre as quais se inscrevem as atividades de auto-mapeamento, na contramão da expansão das fronteiras da acumulação, não apontam para arranjos institucionais consensuais, mais, antes, para o dissenso, pela qual pretendem concorrer para produção não hegemônica de sentido e territórios” (Acsegrad, 2010, p. 7)

O processo de mobilização, relatado por Abdala (2010, p. 4) como “protestos contra os empreendimentos, inclusive passeatas promovidas pelo movimento 100% Juruti com o jargão “Fora Alcoa”. A participação em acampamentos, reuniões, formação deu visibilidade aos povos tradicionais e conferiu significado as idéias de posse e legitimidade, e permite que a comunidade possa conceber o “território de pertencimento coletivo, onde as expressões identitárias, dos grupos sociais determinam a sua forma específica de territorialização” (Costa, 2010, p. 338).

Sendo assim, o conflito estabelecido com a presença da ALCOA em Juruti, com toda a sua violência simbólica e material, possibilitou o surgimento de uma organização “política de determinados agentes sociais que têm emergido de maneira autônomo a partir de conflitos e situações localizadas” (Costa, 2010, p. 338), e que forçou que o empreendimento capitalista que a priori não reconhecia as comunidades de Juruti como tradicionais, expressa no comunicado de esclarecimento da mina de Juruti, de 03 de fevereiro de 2009.

“A Alcoa já reconheceu as comunidades de Juruti Velho como tradicionais, bem como reconheceu que elas detêm direitos e os eventuais danos e prejuízos causados com a instalação da mina serão recompensados”

Num outro lado a ALCOA também estabelece estratégias buscando a melhor forma de lidar com as comunidades e a sociedade no território e fora dele. Em busca de construir uma imagem de empresa correta, a ALCOA construiu uma plataforma intitulada “Juruti Sustentável”, baseada numa agenda positiva voltada para melhorar a reputação da mesma. A postura aparentemente nova da ALCOA, mais do que apontar outra maneira de pensar o desenvolvimento pode significar a “... necessidade para recriar, sem que se modifique o modo de produção, mantendo as relações de poder, dominação e concentração de riqueza, responsáveis pelas desigualdades sociais” (Sant’Anna Neto, 2008, p.319).

A concepção propagada junto à sociedade é que o empreendimento de extração de bauxita conduzido pela Alcoa pretende ao mesmo tempo em que produzir impactos socioambientais, com programa “Juruti sustentável” promover uma “série de estratégias de geração de benefícios mútuos para toda a parte interessadas: social, pública e privada (ABDALA, 2010.p. 6). Em entrevista a carta capital, Nemércio Nogueira, diretor de assuntos internacionais da ALCOA América Latina e Caribe afirmou ter “consciência de que, além das autorizações governamentais para operar o empreendimento, precisamos ter licença da comunidade. Essa autorização social não é jurídica, mas ética, moral, social e tem de ser renovado diariamente” (RIBEIRO I, 2010, p.54)

É evidente que a postura da Alcoa em Juruti busca amenizar a capacidade destruidora do processo de exploração da bauxita. A construção de um discurso de uma empresa “politicamente correta” busca afastar de si a imagem destruidora presente na história dos grandes projetos de extrações de recursos naturais na Amazônia e assim diminuir a resistência das comunidades locais e da sociedade

global, e assim continuar perpetuando sua prática, mesmo que represente a curto, médio e longo prazo a tragédia para as comunidades que habitam o território

CONSIDERAÇÕES

O advento de uma grande mineradora, como a ALCOA na região de Juruti permite a leitura de uma realidade marcada pelo conflito que não se encerra no aspecto ligado a extração mineral, e sim a ampliação para um conflito de concepção de uso do território, de estratégias de cooperação, formação de redes e construção de identidade.

Mas de que uma análise da relação entre mineradora e comunidades tradicionais, Juruti permite visualizar a construção de estratégias voltadas para construção da imagem e da reputação junto à sociedade de uma empresa que tem na essência de sua atividade a destruição do território das comunidades, do meio ambiente, a desestruturação social, com a atração de populacional e todos os conflitos conseqüentes da dinâmica abrupta de um empreendimento de grande porte vulnerável em todas as suas dimensões.

Em busca de garantir o território e os direitos territoriais adquiridos a entidade como a Igreja Católica e lideranças comunitárias se mobilizaram e numa metodologia participativa envolveu as comunidades na construção da sua história e da sua afirmação territorial, presente no modo de vida, nos hábitos comunitários e nas estratégias econômicas. Desses processos de articulação surgia:

“... a ACORJUVE passou a representar papel importante para a vida dos comunitários, um veículo de expressão e meio de articulação de ações. Um fator determinante para os esforços empreendidos pelas comunidades no sentido de assegurarem sua legitimidade e representação dos interesses de coletivos quanto ao espaço que habitam e reconhecimento de sua identidade.” (Monteiro, 2009, p. 88)

A ALCOA entre as suas estratégias criou o Fundo Juruti Sustentável – FUNJUS, que está financiando 21 projetos comunitários, o conselho Juruti Sustentável – CONJUS, além de indicadores que *serão usados* como vetores de condução do desenvolvimento sustentável de Juruti.

Portanto, Juruti é hoje um palco de movimentação de atores sociais, que de forma distinta busca atingir seus objetivos. Atores esses atentos a conjuntos e dinâmicas globais. O confronto simbólico e material envolve uma variedade de

instituições e sujeitos que dependendo dos resultados impõe uma dinâmica de desenvolvimento territorial.

REFERENCIAS

ABDALA, Fabio. Modelo Juruti Sustentável: um caso em busca de governança negociada entre comunidades, empresas e poder público no “faroeste” paraense. In: Anais da II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia da Região Norte. Pará: SBS Norte, 2010.

ACSELRAD, H (Org.) Conflitos Ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. (Org.) Cartografia social e dinâmica territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

ALCOA in: Mina de Bauxita de Juruti: Balanço de Ações e Resultados Socioambientais – Juruti/PA, setembro - 2009.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. As políticas governamentais que afetam as “comunidades ribeirinhas” no município de Humaitá-Am no rio Madeira. In (Org.) ALMEIDA, A. W.B. Conflitos sociais no complexo madeira. Manaus: UFA, 2009.

BORGES, V. L; PASTORE JR, F. **Extração Florestal Não- Madeireira na Amazônia: Armazenamento e Comercialização.** Disponível em: http://www.florestavivaextrativismo.org.br/download/documentos/Dx_ITTO_pnm.pdf Acesso em 15 de abril de 2006.

COELHO, M., LOPES, A., SILVA, A., SILVA, F., FONSECA, H., MATOS, I. & SOUZA, M. Territórios, Cidades e Entorno no Espaço da Mineração em Carajás / Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE Jr. S. C. et. al (Org.). Cidade e Empresa na Amazônia: Gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 137-169.

COELHO, Maria Célia Nunes et. al. Mineração de Bauxita, Industrialização de alumínio e Territórios na Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo W. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

COLI, Luis Regis. Sistemas de informação Geográfica e iniciativas participativas de mapeamento: estratégias, ambigüidade e assimetrias. In. (Org.) ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmica territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

DIEGUES, Antonio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S. V. Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil. São Paulo: US, 2001.

GAMA, M. M. B. **Principais relações de comercialização de produtos florestais não madeireiros (PFNM) na Amazônia.** Disponível em: <<http://www.agronline.com.br/artigos/artigo.php?id=299>>. Acesso em: 08 de novembro de 2006.

GARZON, Luis Fernando Nova. O significado da privatização do rio Madeira: monocultura hídrica e o cercamento das bacias hidrográficas Amazônica. In (Org.) ALMEIDA, A. W.B. *Conflitos sociais no complexo madeira.* Manaus: UFA, 2009.

GARZON, Luis Fernando Nova. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo W. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: Fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo Vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades.** EMBRAPA-SPI, Brasília, 1993. 202p.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, n. 322, p. 1-32, 2002.

MAY, P. H.; MOTTA, R. S. **Valorando a Natureza: Análise Econômica para o Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL & MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DO PARÁ. Ação Civil Pública com Pedido de Liminar: Licenciamento ambiental Projeto Juruti/Alcoa. Santarém: MPF & MPE, 2005.

MONTEIRO, Mara Rúbia Muniz. **A democratização da sociedade: participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho – PA.** Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), 2009.

MOLNAR, A. *et. al.* **Who Conserves the World's Forests? Community-Driven Strategies to Protect Forests and Respect Rights.** Washington D.C.: Forest Trends and Ecoagriculture Partners. 2004.

Otavio do Canto. Comunidade do Lago. In (Org.) TEISSERENC, Pierre; ROCHA, Gilberto M; MAGALHÃES, Sônia B; GUERRA, Gutemberg A. D. *Coletividade Locais e desenvolvimento Territorial na Amazônia.* Belém: NUMA, 2008.

RIBEIRO, Denise. *Experiência Amazônica: A mineradora quer fazer Juruti um marco de novos tempos do setor.* Carta Capital/Carta Verde. São Paulo: Editora Confiança, 2010.

SANT'ANA NETO, João Lima. Mudanças Climáticas globais: um enredo entre a tragédia e a farsa. In: (Org.) OLIVEIRA, Márcio Pinôn; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. *O Brasil, a América latina e o mundo: especialidades contemporâneas.* Rio de Janeiro: Lamparina/Anpege/Faperj, 2008.

SANTOS, Milton. Território e Sociedade. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

Santos, Milton. Da totalidade ao Lugar. São Paulo: Edusp, 2002.